

UM REFORMADOR

Antonio Candido*

RESUMO: O artigo parte de uma classificação didática da obra de Fernando de Azevedo e se detém na análise de *A cultura brasileira* (1943) destacando a reflexão que transmite, a bibliografia e iconografia que apresenta. Reconhece o traço original que conduz o livro e o educador, ou seja, o de coroar o estudo da sociedade e da cultura pelo estudo da educação. Concentra-se, de propósito, no campo da reflexão político-social, acentuando a responsabilidade de todos, inclusive do governo, pela quase falência atual dos níveis do ensino e recomenda a busca de soluções a partir do pensamento e ação daquele grande reformador.

UNITERMOS: Estudo da educação; ensino; reforma educacional; sociologia da educação; bibliografia.

1. A obra de Fernando de Azevedo é constituída por livros que poderiam ser chamados "simples" e por livros que poderiam ser chamados "compostos". Os primeiros são concebidos como unidade, em torno de temas definidos. Os segundos são reuniões de ensaios, artigos, palestras. Os "simples" se ordenam quase todos em pares sucessivos, o primeiro dos quais é formado por *Da educação física* (1920), e *Evolução do esporte no Brasil* (1930), expressões da fase em que se preocupava com a necessidade de incorporar seriamente os exercícios físicos às nossas práticas educacionais. Um segundo par é formado pelos dois livros nos quais expôs as suas concepções teóricas de sociologia: *Princípios de sociologia* (1935) e *Sociologia educacional* (1940). Aquele tem um corte mais compilativo, um tom de exposição para quem se inicia, com base em obras autorizadas, como era natural num momento em que a sociologia estava se instalando no ensino e se tornando assunto de interesse para o público. *Sociologia educacional* é bem mais desafogado, sendo realmente uma contribuição no campo daquelas "sociologias especiais" previstas pela sistematização de feito enciclopédico da Escola Sociológica Francesa. Nele, Fernando de

* Professor Emérito da FFLCH/USP.

Azevedo apresenta uma versão pessoal da matéria, afastando-se da bibliografia mais corrente por aqui, a da "Educational Sociology" dos americanos, que era na verdade mais pedagogia do que sociologia e tinha intuitos práticos imediatos, visando à boa organização do ensino e da escola. Pondo de lado esse cunho utilitário, Fernando de Azevedo institui uma disciplina teoricamente fundamentada, graças à leitura criadora da obra de Émile Durkheim, que foi o seu inspirador nos estudos sociológicos.

Finalmente, temos um terceiro par de livros "simples", solidamente ordenados em torno de um tema restrito, resultando monografias no sentido pleno do termo: *Um trem corre para Oeste* (1948) e *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil* (1950). O primeiro estuda a penetração da Estrada de Ferro Noroeste, enquanto o segundo trata dos aspectos políticos e sociais da economia do açúcar, com pontos de vista bastante originais sobre a dominação, a relação das camadas sociais e os mecanismos de controle.

Deixando de lado o par inicial, ligado a preocupações da juventude, e pensando nos dois pares que marcam a sua plena maturidade intelectual, lembremos que entre um e outro se situa um livro "simples" isolado, isto é, que não forma par com outro e tem uma posição singular na sua obra: *A cultura brasileira* (1943), que pode ser considerado transição entre os dois livros de 1935 e 1940 e os dois de 1948 e 1950, pois tem as preocupações teóricas e expositivas dos primeiros e muito do cunho monográfico dos segundos, com os quais partilha o intuito de esclarecer aspectos concretos da nossa sociedade.

2. *A cultura brasileira*, cujo subtítulo é "Introdução ao estudo da cultura no Brasil", é uma síntese monumental, recheada de dados de toda a espécie, sempre enquadrados no propósito de interpretar. Lembremos que foi escrito para servir de introdução às publicações do recenseamento de 1940, como a *Evolução do povo brasileiro*, de Oliveria Viana, tinha sido em relação ao de 1920. Lido hoje o livro apresenta certas áreas de envelhecimento, como não podia deixar de ser, mas ainda desperta admiração pela soma de conhecimentos, a segurança e finura das reflexões, a vasta informação bibliográfica e até a quantidade e qualidade do material iconográfico.

Ele é dividido em três partes: "Os fatores da cultura", "A cultura", "A transmissão da cultura" e, à primeira vista, parece prolongar uma tradição brasileira vinda de Sílvio Romero e praticada com grande coerência por Euclides da Cunha, tradição de base naturalista, pressupondo uma seqüência causal mais ou menos rígida formada pelo meio físico, a raça, a sociedade, a cultura, – vistos como fatores que vão determinando os seguintes e acabam todos definindo tanto a marcha da história quanto a fisionomia da nação.

No entanto, há no livro de Fernando de Azevedo dois traços principais que modificam de maneira profunda este esquema explicativo. Em primeiro lugar, a primazia da cultura, cuja discussão teórica serve de introdução. Em segundo lugar,

a importância dada à sua “transmissão”, isto é, a educação em sentido amplo e em sentido estrito, cujo estudo ocupa o terço final e coroa o livro. Isso posto, meio, raça, mestiçagem, psicologia do povo (tratados na Primeira Parte) perdem a tirania interpretativa que tinham no passado e adquirem o significado normal de pressupostos para a compreensão.

Mas é preciso reconhecer que nalguns tópicos o livro prolonga este ou aquele cacoete do passado. Por exemplo, naquilo que se poderia chamar visão amena do brasileiro, apresentado em mais de um trecho como sendo bondoso, brando, avesso à violência. Uma consequência dessa ilusão eufórica é que, embora descreva e analise com justeza a composição racial complexa de que resultou a nossa mestiçagem, traço predominante, Fernando de Azevedo parece pôr de repente a realidade entre parênteses para oferecer a imagem idealizada de uma sociedade sem preconceitos.

Diga-se, porém, que essas sobrevivências são de certo modo dissolvidas pelos elementos inovadores, dos quais quero destacar a decisão muito original (já referida acima) de coroar o estudo da sociedade e da cultura pelo estudo da educação. Antes de Fernando de Azevedo, e creio que também depois, não houve outra tentativa equivalente de conceber deste modo o sentido da cultura brasileira. Em vez de tratar a educação como um dos setores desta, em vez de estudá-la do ponto de vista específico, isto é, pedagógico, ele a concebe como coroamento e ângulo privilegiado para compreender a cultura de seu país. Com efeito, não se trata de uma história expositiva da educação, mas de vê-la como parte orgânica da sociedade e da cultura, capaz de servir de ponto de apoio para interpretá-las de maneira mais profunda. Este ponto de vista era original e radicava numa concepção, não pedagógica, mas sociológica, certamente inspirada na origem pela obra de Émile Durkheim.

Vista dessa maneira a educação aparece na história social do Brasil com uma força explicativa que ninguém tinha percebido antes e dá significado novo aos fatos do ensino, como a criação de escolas e institutos, mostrando a passagem das concepções tradicionais, com base no humanismo clássico, no direito e nas belas letras, para concepções nutridas de espírito científico; primeiro, no domínio das disciplinas exatas e as da natureza; depois, nas que estudam a sociedade. O livro de Fernando de Azevedo é um marco nesse processo, ao descrever o estado de coisas no seu tempo, quando o ciclo da educação se completara de certo modo pelo advento das ciências sociais e culturais. Na base da sua concepção está não apenas a já assinalada posição de Durkheim, mas a preocupação (que animou a última fase da sua vida intelectual) com o advento de um novo humanismo.

Um estudo atento desta parte do livro mostra melhor do que em qualquer outra obra de Fernando de Azevedo a essência das suas concepções educacionais e o lugar que elas ocupam no seu pensamento. Para ele, não é possível compreender a educação sem referi-la constantemente à estrutura e à organização da sociedade. No caso do Brasil, a formação de uma sociedade escravocrata colonizada determinou o aparecimento de diferenças abruptas entre as camadas, com o senhor rural no alto

e o escravo em baixo. A isto se juntou o fato de haver sido o ensino obra dos jesuítas, uma de cujas tarefas centrais era educar as classes dominantes. Daí ter-se enraizado aqui um ensino aristocrático com base nas humanidades clássicas, que não foi convenientemente substituído por fórmulas novas depois da extinção da Companhia de Jesus, prolongando-se por todo o século XIX com a substituição das fontes greco-latinas pela língua e a literatura francesa. Em conseqüência, tivemos um ensino secundário dependente, concebido como preparação para as escolas superiores, isto é, para o viveiro dos quadros dirigentes, de tal modo que a instrução popular ficou sempre relegada a segundo plano.

Esse estado de coisas, muito bem assinalado por Fernando de Azevedo, explica a sua posição básica: crítica do ensino aristocrático, luta pela educação técnica e científica, dignificação do ensino primário, que para ele é "o essencial". O pressuposto é um ponto de vista democrático, segundo o qual tudo deve convergir para atenuar a distância entre as camadas dominantes e as dominadas, possibilitando ao maior número o acesso ao nível das elites que orientam a sociedade e cuja formação não deve depender de qualquer privilégio. Daí a severidade com que avalia o papel das escolas superiores tradicionais, direito, medicina e engenharia, freqüentemente obstáculos à democratização e modernização do ensino, apesar da importância que tiveram no Brasil. Homem de formação humanista e clássica, tornou-se no entanto um defensor dos métodos e currículos modernos de base técnica e científica, e em vários trechos de *A cultura brasileira* mostra de que maneira a marcha destes foi prejudicada pela falta de uma política educacional coerente e abrangente.

Segundo ele, sob este aspecto o Ato Adicional de 1834 criou uma norma perigosa, ao confiar às Províncias o encargo do ensino primário, depois herdado pelos Estados. Enquanto nos níveis secundário e superior o governo central, tanto no Império quanto na República, traçava normas e fundava escolas, assegurando o recrutamento dos grupos de dominação, no primário tudo ficava ao sabor das possibilidades por vezes muito pequenas de cada unidade. A partir da República houve em alguns Estados desenvolvimento apreciável do ensino primário, e a presença crescente da mulher no magistério contribuiu para dar-lhe não apenas um corte mais humano, mas para atenuar as marcas de separação entre as classes. Mas quando, já nos anos de 1920 e 1930, foi possível definir uma filosofia e uma prática moderna unificada para a escola elementar, verificou-se que o ensino secundário e o superior ofereciam resistência, apegando-se às concepções tradicionais, como quem desejava manter o domínio exercido pelas camadas privilegiadas. Foi então que o estabelecimento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras permitiu, no meio de incompreensões e resistências de todo o tipo, levar a modernização ao nível superior, com o conseqüente refluxo sobre o secundário.

Em tudo isso, Fernando de Azevedo verifica a tendência negativa de aumentar a distância entre as classes e assim impedir a educação democrática. A solução lhe parece residir numa filosofia adequada, numa legislação unificadora e na criação de

canais verticais de comunicação. Como os governos não se orientaram nestes rumos, coube à iniciativa individual iniciar o movimento. Segundo ele, foi a Associação Brasileira de Educação, fundada em 1924 por Heitor Lira, que desempenhou tal papel, permitindo alargar em escala nacional o que vinha sendo obra de alguns governos locais. O decênio de 1930 viu a ampliação dessas iniciativas, de maneira que Fernando de Azevedo atribui com razão papel decisivo ao movimento revolucionário de 1930, que corresponde à passagem do Brasil agrário para a fase industrial, com todas as exigências técnicas e científicas que isto implica. Em 1932, o *Manifesto dos pioneiros da educação nova* (do qual foi o redator) traçava diretrizes adequadas ao tempo e dava expressão ao que havia de mais avançado nas medidas e sobretudo nas aspirações educacionais.

3. Espírito sistemático e racional, temperamento de planejador e reformador, Fernando de Azevedo tem com a tradição "ilustrada" um traço comum: a confiança na ação firme, organizada, consciente dos objetivos, para transformar a realidade segundo a razão, em benefício do povo, do qual o intelectual seria uma espécie de delegado tácito. Daí a boa vontade com que encarou o Estado Novo no domínio da educação, considerando algumas das suas medidas como as mais democráticas que até então se haviam tomado no Brasil. Teria sido por isso um partidário do regime? É uma questão que merece análise, mesmo rápida.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que ele tinha uma espécie de mentalidade política *sui generis*, voltada para a educação e a cultura, mas, curiosamente, sem qualquer vinculação ou mesmo interesse partidário. Digo mais: sem opção por este ou aquele tipo de regime, entre os que no seu tempo se sucederam no Brasil. Convencido da importância fundamental da educação para chegar à democracia de fato, esteve sempre disposto a colaborar com dirigentes de variado perfil, desde conservadores classicamente escolhidos, como Washington Luís ou, mais especificamente, Antonio Prado Júnior, seu Prefeito no antigo Distrito Federal, até governantes impostos pelo poder central, como Waldomiro de Lima, tão mal visto pelos seus amigos do jornal *O Estado de S. Paulo*. Da mesma forma, colaborou com liberais como Armando de Sales Oliveira, tanto na fase em que este era interventor, quanto na fase em que era governador. Dentro desta disposição fundamental foi que (chegamos ao essencial) analisou com imparcialidade os atos dos diferentes governos Vargas (o provisório, de 1930 a 1934; o constitucional, de 1934 a 1937; o ditatorial, de 1937 a 1945), naquilo que trouxeram de positivo no setor da educação e da cultura, como a criação do ministério a elas consagrado, os códigos de educação, o incremento do ensino técnico, a previsão das Faculdades de Filosofia, a política de proteção ao patrimônio histórico etc. A partir de 1937 o Governo Vargas implantou uma política de padronização e criação dos cursos de especialização técnica, o que vinha de encontro ao que ele preconizava. Por isso pôde escrever a certa altura de *A cultura brasileira*:

“A nova Constituição, outorgada em 1937, reafirmou, com efeito, levando ainda mais longe do que a Constituição de 1934, as finalidades e as bases democráticas da educação nacional, não só estabelecendo pelo art. 128 que “a arte e a ciência e o seu ensino são livres à iniciativa individual e à de associações e pessoas coletivas, públicas e particulares”, como também mantendo a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, instituindo em caráter obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias, e, sobretudo, dando preponderância, no programa de política escolar ao ensino pré-vocacional e profissional, que se destina “às classes menos favorecidas e é em matéria de educação, o primeiro dever do Estado” (art. 129). Sob este aspecto, a Constituição de 1937, rompendo com as tradições intelectualistas e acadêmicas do país e erigindo à categoria de primeiro dever do Estado o ensino técnico e profissional, pode-se considerar a mais democrática e revolucionária das leis que se promulgaram em matéria de educação”. (1ª edição, p. 411-412).

Como se depreende deste exemplo, quando via as suas idéias favorecidas pelo poder público, reconhecia neste uma espécie de legitimidade cultural, sem com isto apoiá-lo necessariamente enquanto regime político. Assim, apesar de admirar a atuação reformadora de Getúlio Vargas e considerá-lo um governante que promoveu transformações essenciais no país, participou do maior movimento de intelectuais contra o Estado Novo, o 1º Congresso Brasileiro de Escritores.

Há homens que só sabem criar dentro dos quadros estabelecidos, que lhes servem de referência e apoio. São os puros administradores. Outros só sabem criar rompendo os quadros, porque desejam estabelecer quadros novos para novas práticas. São os reformadores, aos quais pertencia Fernando de Azevedo, que por isso punha os interesses das reformas acima de regimes e partidos, os quais encarava freqüentemente como oportunidades e instrumentos. Era, portanto (se for possível despir a expressão de qualquer sentido negativo), um oportunista desinteressado, contradição em termos que no entanto serve para caracterizar a sua natureza de reformador impetuoso e mesmo impaciente, disposto a pôr no primeiro plano as possibilidades de realizar os projetos que lhe pareciam essenciais. O que o guiava na ação era a coerência do espírito de reforma, que o levava a aceitar os meios capazes de promovê-la; mas ideologicamente tinha posições definidas e sempre as proclamou, como socialista de cunho democrático que foi desde cedo. Eis o que diz num trecho de sua autobiografia, *História da minha vida*:

“Eu vinha lendo, desde que deixei a Ordem Religiosa, duas obras inteiramente desconhecidas entre nós, – as de Karl Marx e de Engels, de um lado, e a de Émile Durkheim, de outro. Aquelas, as de Karl Marx sobre o Socialismo, a luta de classes e a ditadura do proletariado, – e esta, a de Durkheim, sobre uma ciência nova, a Sociologia, desenvolvida na França, na Alemanha e nos Estados Unidos. Não havia dificuldade nenhuma, ao menos para mim, em distingui-las: as de Karl Marx levam a uma tomada de ‘posição política’, em face das suas análises da estrutura social e econômica, e a de Émile Durkheim estabelece a natureza e os fundamentos de uma nova ciência, – a Sociologia, que, sendo uma ciência, não implicava nem podia implicar

qualquer idéia ou atitude política. Rigorosamente fiel ao princípio, que impõe a distinção fundamental entre ciência e ideologia, eu acabei tomando-me sob a inspiração de Karl Marx, um socialista, e, sob outras influências, as de Durkheim, sociólogo e um dos fundadores da Sociologia no Brasil. (p. 210)

4. Neste centenário de Fernando de Azevedo, seria possível a um seu antigo colaborador, como eu, falar de vários aspectos da sua obra: teoria e monografias sociológicas, crítica literária, debate pedagógico, estudos sobre a civilização latina. Mas eu quis me concentrar deliberadamente no campo da reflexão político-social sobre a educação, porque o nosso tempo tem mostrado de maneira pungente a falta de um pensamento e de uma ação como os de Fernando de Azevedo e seus companheiros, no enfrentamento do problema da instrução no Brasil. Tendo trabalhado em todos os níveis, primário, secundário e superior, como estudioso, como administrador e como reformador; tendo efetuado reformas profundas do ensino público no Rio de Janeiro e em São Paulo; tendo sido um dos ideadores e fundadores da Universidade deste Estado, do seu Instituto de Educação e da sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, – Fernando de Azevedo manifestou sempre uma consciência aguda da necessidade de atender aos três níveis e sempre proclamou a importância maior do ensino primário, secundário e técnico para o povo. Hoje, o que vemos é a quase falência do ensino público nos graus básicos, a hipertrofia de um ensino superior desqualificado e a falta completa de sensibilidade em relação à escola primária. Somos todos responsáveis pela atuação incompetente e pela falta de senso social dos governos. Por isso, vale a pena buscar inspiração no pensamento e na ação de um grande reformador como Fernando de Azevedo.

A REFORMER

ABSTRACT: This article starts with a didactic classification of the works of Fernando de Azevedo and deals with the analysis of *A cultura brasileira* (1943) bringing forth the reflexion which it transmits and the bibliography and iconography that it presents. It recognizes the original aspect which drives the book and the educator along, that is, to crown the study of society and culture with the study of education. It concentrates, intentionally, on the area of politico-social reflection, emphasizing the responsibility of all, including the government, for today's almost bankrupt levels of education and recommends a search for solutions using the thought and action of that great reformer.

KEYWORDS: Study of education; instruction; educational reform; sociology of education; bibliography.



Elisa e Fernando de Azevedo em sua casa à rua Bragança, n. 55, Pacaembu, São Paulo, [1949].